

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Mestre, Doutor e Livre-docente em Direito Faculdade de Direito da PUCSP. Professor de nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da PUCSP. Advogado em São Paulo

***AMICUS CURIAE* NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**
Um Terceiro Enigmático

Editora Saraiva

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bueno.Cassio Scarpinella

Amicus curiae no processo civil brasileiro : um terceiro enigmático
/ Cassio Scarpinella Bueno. — São Paulo : Saraiva, 2006.

Bibliografia.

1. *Amici curiae*. 2. Processo civil - Brasil I. Título

06-2165

CDU-347.921.3(81)

SUMÁRIO

Abreviaturas	XV
Agradecimentos	XXV
Palavras iniciais ao leitor	XXVII

INTRODUÇÃO	1
1) Nossa proposta	1
2) Considerações iniciais sobre a expressão " <i>amicus curiae</i> ".	5

Capítulo 1 — Uma primeira constatação: a abertura do sistema jurídico	9
1) A crise do "legalismo"	9
2) A importância da interpretação do direito	17
3) A norma jurídica e a necessidade, de sua interpretação, e concretização	19
4) A influência do novo "paradigma" de norma jurídica no direito como um todo	24
5) O papel do juiz em face da ordem jurídica atual	28
5.1) Especialmente a força dos "precedentes" jurisdicionais no direito brasileiro atual	36

Capítulo 2 — Uma segunda constatação: a constitucionalização do processo civil	41
1) Constituição e processo: o modelo constitucional do processo civil	41
2) Especialmente q princípio do contraditório	53
2.1) Contraditório como cooperação	55
2.2) Contraditório e cognição jurisdicional	61
2.3) Contraditório e democracia	64
2.4) Contraditório e sistema aberto: o processo civil como microcosmos do Estado Democrático de Direito	69
3) Os demais "processos estatais"	74
4) Conclusão parcial: o <i>amicus curiae</i> como imposição (ou consequência necessária) do princípio do contraditório (cooperação)	78

Capítulo 3 — O <i>amicus curiae</i> no direito estrangeiro	87
1) Referências das origens mais remotas do instituto	87
2) Referências do direito inglês	90
3) Referências do direito norte-americano	92

Localização: 347.921.3(81)
B928a

Código de barras: STJ00063793

4) Referências de outros países da <i>common law</i>	108
5) Referências do direito francês	110
6) Referências do direito italiano	112
7) Referências do direito argentino	116
8) Referências ao <i>Transnational Civil Procedure Code</i>	118
9) Referências dos tribunais supranacionais	122

Capítulo 4 — O *amicus curiae* no direito brasileiro

1) Referenciais do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro	126
2) Controle de constitucionalidade: breve introdução	129
2.1) O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade	130
2.1.1) Relevância da matéria	139
2.1.2) Representatividade do "postulante"	141
2.1.3) O instante procedimental da intervenção	157
2.1.4) Prazo para manifestação do <i>amicus</i>	164
2.1.5) Pluralidade de intervenções	165
2.1.6) Poderes do <i>amicus curiae</i>	169
2.1.7) Recursos	170
2.1.8) A necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato	173
2.2) Na ação declaratória de constitucionalidade	175
2.3) Na arguição de descumprimento de preceito fundamental	479
3) No incidente de inconstitucionalidade	190
3.1) A recorribilidade da decisão que admite ou não admite o <i>amicus</i>	199
3.2) A auto-aplicabilidade dos parágrafos do art. 482 do CPC	200
4) No incidente de uniformização de jurisprudência perante os Juizados Especiais	200
5) Pessoas jurídicas de direito público (art. 5º da Lei n. 9.469/97)	208
5.1) Crítica à constitucionalidade do dispositivo	219
5.1.1) Modificação da competência	223
5.1.2) O recurso que acarreta a modificação da competência	245
5.2) Os poderes das pessoas jurídicas de direito público	247
5.2.1) Especificamente a legitimidade recursal do parágrafo único do art. 52 da Lei n. 9.469/97	249
5.3) As "pessoas" que podem atuar nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei n. 9.469/97	252
5.4) Forma de intervenção	256

Localização: 347.921.3(81)

B928a

Código de barras: STJ00063793

5.5) A intervenção da pessoa de direito/público na ação popular e na ação de improbidade administrativa	257
6) Comissão de Valores Mobiliários — CVM (art. 31 da Lei n. 6.385/76)	268
6.1) Hipóteses abrangidas pela atuação da CVM	273
6.2) Obrigatoriedade da intervenção da CVM	276
6.3) Intimação da CVM	278
6.4) Momento da intervenção	280
6.5) Legitimidade recursal	281
6.6) Outros poderes de atuação	285
6.7) Modificação da competência	286
6.8) Especificamente as ações coletivas	287
7) Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI (arts. 57, 118 e 175 da Lei n. 9.279/96)	288
7.1) Poderes do INPI	304
7.2) Competência da Justiça Federal	308
7.3) Obrigatoriedade da intervenção do INPI	315
7.4) Hipóteses de intervenção do INPI	318
8) Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE (art. 89 da Lei n. 8.884/94)	321
8.1) Intervenção do CADE	322
8.2) A facultatividade do ingresso do CADE	329
8.3) Intimação do CADE	331
8.4) Casos em que o CADE pode intervir	331
8.5) Poderes de atuação do CADE	333
8.6) Modificação da competência	333
8.7) Especificamente as ações coletivas	335
9) Ordem dos Advogados do Brasil — Art. 49 da Lei n. 8.906/94	337
9.1) Forma da intervenção	340
9.2) Obrigatoriedade da intervenção	341
9.3) Poderes a serem exercidos	342
9.4) Modificação da competência	344
9.5) Hipóteses de intervenção da OAB	346

Capítulo 5 - Uma (re)leitura crítica do capítulo anterior: vem busca de "elementos essenciais"	347
1) Em direção a uma proposta de sistematização do tema	348
2) O <i>amicus</i> diante de outras figuras do processo civil brasileiro. Os sujeitos processuais	355
2.1) Sujeitos do processo	358
2.2) Auxiliares da justiça	360
2.3) O perito	362

**Localização: 347.921.3(81)
B928a**

Código de barras: STJ00063793

2.3.1) O intérprete	367
2.4) Testemunhas	369
2.5) Custos <i>legis</i>	371
2.6) Curador especial	387
3) Intervenção de terceiros	390
4) A (re)leitura crítica	393
5) Confronto e discussão	411

Capítulo 6 — Em direção a uma proposta de sistematização: aplicando os "elementos essenciais" 419

1) O <i>amicus</i> é sujeito processual, auxiliar eventual do juízo. É terceiro	421
2) O <i>custos legis</i> e o <i>amicus curiae</i>	426
3) O perito e o <i>amicus curiae</i>	431
3.1) O <i>amicus curiae</i> e a instrução processual	435
4) O assistente e o <i>amicus curiae</i>	437
5) Especificamente o, "interesse jurídico"	443
5.1) Variações sobre o interesse jurídico do assistente: uma vez mais o aspecto, instrutório	451
5.1.1) O assistente de acusação no processo penal	459
5.2) Ampliando o conceito de interesse jurídico. O "interesse público"	462
5.3) Relações necessárias entre o conceito de "interesse público" e o processo coletivo	471
5.4) "Interesses" e "direitos"	489
5.5) O processo civil de interesse público	494
5.6) Relações necessárias entre o conceito de "interesse público" e o sistema aberto	496
5.7) Relações necessárias entre o conceito de "interesse público" e o Estado democrático	498
5.8) Finalmente o interesse do <i>amicus curiae</i> : um interesse institucional	500

Capítulo 7 — Nossa proposta de sistematização 513

1) Espécies de <i>amicus curiae</i> e modalidades interventivas	515
1.1) <i>Amici</i> públicos e <i>amici</i> privados	516
1.2) A intervenção provocada e a intervenção espontânea -	521
1.3) A "intervenção vinculada", a "intervenção procedimental" e a "intervenção atípica"	525
2) A (forma da) intervenção do <i>amicus curiae</i>	528
2.1) A imparcialidade (a institucionalidade) do <i>amicus</i>	533
2.2) Instante da intervenção	541

Localização: 347.921.3(81)

B928a

Código de barras: STJ00063793

2.3) Intervenção do <i>amicus curiae</i> e nulidade processual	543
2.4) A representação do <i>amicus curiae</i> por advogado	549
3) A dinâmica da atuação processual do <i>amicus curiae</i>	552
3.1) Os deveres do <i>amicus curiae</i>	552
3.2) O ônus do <i>amicus curiae</i>	554
3.3) Os poderes do <i>amicus curiae</i>	555
3.3.1) Especificamente a competência	558
3.3.2) Apresentar informações e memoriais	561
3.3.3) Produzir provas e praticar atos de instrução em geral	561
3.3.4) Legitimidade recursal.	563
3.3.4.1) Especificamente a legitimidade1 recursal do <i>amicus curiae</i> para questões processuais	570
3.3.5) Sustentação oral	572
3.3.6) Suspensão de segurança	573
3.4) O <i>amicus curiae</i> como parte	579
3.4.1) A co-atuação do <i>amicus curiae</i> e do <i>custos legis</i> no mesmo processo	581
3.5) O juiz e o <i>amicus curiae</i>	582
4) O <i>amicus curiae</i> após o processo	583
4.1) O <i>amicus curiae</i> e a coisa julgada	584
4.1.1) Limites objetivos da coisa julgada	584
4.1.2) Limites subjetivos da coisa julgada	589
4.1.3) Ação "rescisória e <i>amicus curiae</i>	590
4.2) Custas processuais :	596
5) O <i>amicus curiae</i> em outros procedimentos e processos	598
5.1) Especificamente no mandado de segurança	598
5.2) O <i>amicus curiae</i> no procedimento sumário e nos Juizados Especiais	602
5.3) O <i>amicus curiae</i> no "cumprimento da sentença" e no processo de execução	604
5.4) O <i>amicus curiae</i> no processo monitorio	608
5.5) O <i>amicus curiae</i> no processo cautelar	609

Capítulo 8 — O presente e o futuro do <i>amicus curiae</i> no processo civil brasileiro	615
1) A necessidade de generalização do instituto no direito brasileiro. Ampliando horizontes	617
2) Efeitos "persuasivos" e "vinculantes" das decisões judiciais e o <i>amicus curiae</i>	623
3) A admissão do <i>amicus curiae</i> não depende de previsão expressa na lei	633

4) Quem pode ser <i>amicus curiae</i> ?	640
5) Necessidade da sistematização da "prática" do <i>amicus curiae</i>	649
CONCLUSÃO	661
Bibliografia	671